

Secretaria-Geral  
da Governadoria



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 202200010050076

Nome: CRECHE CANTINHO FELIZ

**Assunto: Recredenciamento**

PARECER SGG/COCEB - CEE-18457 Nº 104/2024

## 1. Histórico

A **Creche Cantinho Feliz** mantida pela Secretaria Estadual de Saúde, localizada na Avenida 24 de outubro, 440, Setor dos Funcionários - Goiânia/GO, por meio de sua gestora requer deste Conselho o recredenciamento e renovação de autorização para oferta da educação infantil.

## 2. Análise

A **Creche Cantinho Feliz** obteve o credenciamento e autorização para oferta da educação infantil, por meio da Resolução CEE/CEB N. 654, de 29 de novembro de 2018, com vigência até 31/12/2022.

A unidade escolar dispõe de hall de entrada, 2 salas de aula, diretoria, recepção, sala da diretoria geral, sala da equipe multiprofissional, coordenação pedagógica, sala dos professores, brinquedoteca, cozinha, despensa, refeitório, copa dos servidores, sala de repouso/troca dos colaboradores, lavanderia, almoxarifado, arquivo, pátio coberto e banheiros.

O acervo bibliográfico é composto por de 187 exemplares.

Foram apresentados o Alvará da Vigilância Sanitária para o ano de 2023 e o Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros vigente até 17/01/2024.

Segundo as informações contidas no laudo técnico da CRE - Coordenação Regional de Educação e nos demais documentos anexados aos autos, foi constatado que a unidade escolar não atende plenamente os seguintes itens:

1. As turmas do berçário ultrapassam os números de alunos permitidos em lei, contrariando o artigo 81 da Resolução CEE/CP N. 3/2018.

2. As crianças tem permanecido na creche por longos períodos, algumas até às 19h e com poucos professores.

3. Restrita formação e especialização em Pedagogia dos colaboradores. Apenas uma professora é Licenciada em Pedagogia. No entanto, duas tem o Curso Técnico em Magistério e uma esta cursando Pedagogia.

4. O Projeto Político Pedagógico diverge da organização de funcionamento do artigo 81 da Seção VI, Resolução CEE/CP N. 3/2018; organização de horários de funcionamento da entrada às 7h e saída até às 13h, vespertino entrada às 13h e saída às 19h; período integral entrada às 7h e saída às 19h.

5. O Regimento Interno da unidade escolar apresenta impropriedade no **artigo 67**, a organização de horário de funcionamento, os alunos frequentam conforme a escala de trabalho dos pais na Secretaria de Saúde de Goiás, conta com escalas 12x36 e 12x60, sendo assim, os alunos frequentam neste mesmo modelo e somente nos dias que os pais trabalham.

Registramos que tanto o Regimento Escolar quanto o Projeto Político Pedagógico das escolas devem ser elaborados e aprovados numa tarefa coletiva pela comunidade escolar (alunos, professores, servidores e pais), nos termos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Nacional nº 9.394/1996 – LDB e da Instrução Normativa CEE/GO n. 01/2013.

### 3. Voto

Com base na documentação que instrui os autos, vota-se por:

- **Recredenciar a Creche Cantinho Feliz** mantida pela Secretaria Estadual de Saúde, localizada na Avenida 24 de outubro, 440, Setor dos Funcionários- Goiânia/GO, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2026.
- **Renovar a autorização** para a oferta da educação infantil da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2026.
- **Determinar** que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove no próximo processo de renovação que cumpriu tais exigências:
- **Adequar** a habilitação do corpo docente conforme a formação exigida no Art. 41, Inciso I, da Resolução CEE/CP N. 03/2018:

*"Art. 41 (...)*

*1º A área de atuação docente abrange os componentes curriculares correlacionados ao curso superior em que o docente foi habilitado ou a área de conhecimento, em caso de licenciatura com formação pluridisciplinar."*

- **Adequar** o número de alunos da educação infantil por sala, conforme o Artigo 81 da Resolução CEE/CP N.03/2018:

*"Art. 81. A organização de agrupamentos ou turmas deverá respeitar objetivos da Educação Infantil, as condições de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, suas necessidades e especificidade e as exigências contidas nesta Resolução para a organização do espaço físico, considerando cada agrupamento conforme quadro abaixo:"*

Agrupamento	Faixa etária	Máximo Criança/Turma	Relação Alunos X Professor/Profissional Qualificado de Apoio
Berçário	0 a 11 meses	10	1 Professor e 1 Profissional qualificado de Apoio
Grupo 1	1 ano a 1 ano e 11 meses	10	1 Professor e 1 Profissional qualificado de Apoio
Grupo 2	2 anos a 2 anos e 11 meses	15	1 Professor e 1 Profissional qualificado de Apoio
Grupo 3	3 anos a 3 anos e 11 meses	15	1 Professor e 1 Profissional qualificado de Apoio
Grupo 4	4 anos a 4 anos e 11 meses	20	1 Professor
Grupo 5	5 anos a 5 anos e 11 meses	20	1 Professor

- **Recomendar** a oferta de profissional de apoio, caso a escola possua estudantes com deficiência, nos termos do inciso XIII do Art. 3º inciso XVII Art. 28, ambos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/15), profissional que deverá exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Determinar** à direção da unidade escolar a publicação de seu Projeto Político Pedagógico e de seu Regimento Escolar, no site eletrônico, redes sociais da escola, para que seja garantido o amplo acesso aos educandos, aos docentes, profissionais da escola, aos pais e/ou responsáveis, conforme determinam os arts. 12 e 17 da Resolução CEE/CP nº 03 de 16 de fevereiro de 2018.

**É o voto.**

Plenário da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, ao 8 dias do mês de março de 2024.

**Marcos Elias Moreira**  
Conselheiro Relator

A Câmara de Educação Básica aprovou, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ELIAS MOREIRA, Conselheiro (a)**, em 08/03/2024, às 08:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO VIEIRA MESQUITA, Presidente**, em 19/03/2024, às 15:10, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **57137186** e o código CRC **59C40E32**.

COORDENAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
RUA 23 63, S/C - Bairro SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-120 - (62)3201-9821.



Referência: Processo nº 202200010050076



SEI 57137186